

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Primavera Árabe

A Primavera Árabe foi uma onda revolucionária de protestos e manifestações populares que ocorreu, a partir de dezembro de 2010, por todo o Norte de África e Médio Oriente e que se tem prolongado, desde então, no tempo e no espaço, de forma complexa e inacabada. A vaga de protestos teve início na Tunísia, a 18 de dezembro de 2010, aquando das manifestações que se seguiram à autoimolação pelo fogo de Mohamed Bouazizi. O sucesso destes episódios tunisinos inspirou uma vaga de protestos que se alastrou à Argélia, Jordânia, Egito, Iémen, Líbia, Bahrein, Síria, Iraque, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Omã, Líbano, Mauritânia, Arábia Saudita e Israel, mostrando a transversalidade do descontentamento na região, ainda que com contextos e trajetórias nacionais claramente distintos.

Na linha comum de protesto estava a revolta contra as constantes violações de Direitos Humanos, a deficiente representação política, a fragmentação social, o desemprego, a inflação, e as desigualdades económicas decorrentes das políticas públicas de capitalismo de periferia e de regimes políticos autoritários. As revoltas foram lideradas por uma geração jovem, urbana, instruída e claramente desapontada, que recebeu o apoio e mobilizou a generalidade da população. Uma das grandes novidades desta onda de contestação foi a participação das mulheres nos movimentos de protesto e o recurso aos “*novos média*”, sublinhando a democraticidade da agenda das revoltas. As formas de luta – greves e manifestações – foram pacíficas, ainda que intensas e muitas vezes violentamente reprimidas pelos regimes em questão, apesar do apoio – inicialmente tímido e sempre seletivo – da sociedade internacional.

Mais do que um confronto ao autoritarismo dos regimes políticos em vigor, estas revoltas podem ser tidas como desafio à atual estrutura do capitalismo global. O seu balanço final, que confirmou a importância e peso do protesto popular, está longe de estar fechado. Em fevereiro de 2012, três regimes tinham caído – Tunísia, Egito, Líbia – e vários líderes haviam reformulado constituições ou anunciado a sua não recandidatura atendendo às reivindicações populares.

Sofia José Santos

Privatização

É apresentada como uma política pública inevitável. Na realidade, a justificação financeira para as privatizações é frágil, já que as empresas a priva-

tizar em Portugal são em geral rentáveis, o mesmo não se podendo dizer sobre os termos da nacionalização recente do BPN. A justificação em termos de superioridade do setor privado na gestão empresarial – os gestores públicos não teriam os incentivos e o controlo adequados por parte de um poder político efêmero – é igualmente problemática, até porque algumas das empresas públicas nacionais foram adquiridas por empresas públicas estrangeiras.

O ciclo de venda de empresas públicas, iniciado no final da década de 1980, começou nas cervejas e poderá acabar na água. Muitas destas empresas tinham sido nacionalizadas ou criadas pelo regime democrático, outras já eram públicas antes de 1974. O processo português de privatizações, que (re)construiu grupos económicos com poder político, foi um dos mais intensos na Europa e é indissociável de uma tendência global, embora desigual, que fez com que o peso da produção das empresas públicas no PIB global tivesse passado de mais de 10%, em 1979, para menos de 6%, em 2004.

A discussão dos resultados destes processos é, no mínimo, controversa, embora se tenha confirmado a tese de que estes processos de privatização penalizaram os trabalhadores dessas empresas e permitiram a apropriação pelos novos acionistas de significativas rendas, ali onde a concorrência não pode deixar de ser uma ficção regulatória. Entretanto, a esperada melhoria do desempenho económico não ocorreu necessariamente, sobretudo em setores produtores de bens homogêneos, casos da eletricidade, onde as empresas públicas se revelaram sempre mais eficientes. Para além disso, os elementos de serviço público, de criação de emprego e de satisfação redistributiva de necessidades sociais, subjacentes a muitas empresas públicas e que tornam os exercícios comparativos em termos de eficiência muito difíceis, foram postos em causa.

João Rodrigues

Produtividade

Diz-se da produtividade que é a qualidade do que é produtivo, rentável ou lucrativo. Não havendo produtividade sem fator trabalho, isso significa que a produtividade corresponde à quantidade de trabalho necessária para produzir unidades de um determinado bem. Assim sendo, mede-se a produtividade através do produto interno bruto de um país por pessoa ativa. Mas a produtividade é condicionada por outros fatores além do fator trabalho,